

MINIRREFORMA AMPLIA CÚPULA GESTORA DA USP

Uma reforma administrativa executada pelo reitor Grandino Rodas reforçou o papel da cúpula gestora da universidade. Logo após assumir o cargo, ele criou cinco cargos de pró-reitor adjunto e elevou ao nível de “vice-reitores executivos” o titular da Coordenadoria de Administração Geral (Codage) e o presidente da Comissão de Cooperação Internacional. Posteriormente, nomeou um segundo chefe de gabinete.

O principal instrumento para a reforma foi a resolução 5828/2010, que alterou o Estatuto da USP. Atualmente, o vice-reitor executivo de Administração Geral é o professor Antonio Roque Dechen, da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq), e o vice-reitor executivo de Relações Internacionais é o professor Adnei Melges de Andrade, da Escola Politécnica. A resolução não prevê benefício salarial e não altera as competências dos novos vice-reitores. Tratou-se, portanto, de elevação do status das funções.

Para o vice-reitor eleito pelo colégio eleitoral no ano passado, Hélio Nogueira da Cruz, que mantém a prerrogativa de substituir o reitor na

ausência dele, a mudança é positiva para a gestão da universidade. “Com a criação da posição de vice-reitor executivo de Relações Internacionais, são oferecidas melhores condições para a interlocução da USP com outras universidades do exterior e para a estruturação interna dos trabalhos de relações internacionais. Também o vice-reitor executivo de Administração, que é responsável pela Codage, passa a ter melhores condições de interlocução externa”, disse ele à *Revista Adusp*.

Além de substituir o reitor, Nogueira da Cruz, que é professor da FEA, mantém as funções estatutárias e tradicionais de seu cargo, como presidir as comissões de Avaliação (CPA), de Convênios, de Gestão da Política de Apoio à Permanência e Formação Estudantil e outras quatro... O vice-reitor eleito também é o principal negociador da USP nas questões que envolvem o Fórum das Seis e a Adusp, como as negociações salariais da data-base e a Ação do Gatilho.

Outra mudança instituída pela resolução 5828/2010 refere-se à criação de cinco cargos de pró-reitores

adjuntos: um para a Pró-reitoria de Pós-graduação, um para a de Graduação, um para a de Pesquisa e dois para a de Cultura e Extensão Universitária. Também nesse caso não há benefício salarial e as competências dos pró-reitores adjuntos são definidas pelos pró-reitores titulares.

O professor Arlindo Philippi Junior, que é pró-reitor adjunto de Pós-Graduação, garante que o benefício é sobretudo operacional. “Antes, os pró-reitores também possuíam substitutos, mas eles não podiam assinar documentos. Isso causava uma série de atrasos quando o pró-reitor precisava viajar. Agora, o pró-reitor adjunto pode cumprir o mesmo papel do titular na ausência dele”, explica o professor, que leciona na Faculdade de Saúde Pública.

A mudança não resolve, porém, o descompasso entre a atual estrutura da Pró-Reitoria e o trabalho gerado pelos cursos de pós-graduação da USP. De acordo com Philippi Junior, a Pró-Reitoria conta hoje com os serviços de 15 funcionários e seis docentes, “praticamente a mesma estrutura de vinte anos atrás”, enquanto o número de pro-

gramas de pós-graduação oferecidos pela universidade dobrou, para 234. O professor afirma que precisa de mais sete funcionários e que tem contado com a “sensibilidade” do reitor para discutir a questão. A Pró-Reitoria é responsável pela gestão das bolsas, monitoramento dos programas de mestrado e doutorado, e validação de diplomas obtidos no exterior.

No gabinete, Rodas conta atualmente com dois chefes: o professor Alberto Carlos Amadio, que exerceu o mesmo cargo durante a maior parte da gestão de Suely Vilela, e o professor Celso de Barros Gomes, que atuou na função na gestão de Adolpho Melfi. Ao que parece, o arranjo inédito deve-se à necessidade do reitor de compor com os remanescentes de ambos os grupos.

Apesar do esforço para aperfeiçoar a gestão da universidade, há quem veja problemas no modelo implantado na USP. Estudioso do ensino superior brasileiro, o professor Roberto Leher, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), acredita que a falta de democracia interna na USP, expressada principalmente pela eleição indireta do reitor, impede que reformas administrativas vão além da mera gestão de pessoal.

“A burocratização nesse ambiente de pouca democracia serve apenas para gerenciamento da força de trabalho, e não para garantir que a universidade seja um espaço de má-

xima liberdade para a produção de conhecimento”, diz ele, que se doutorou na Faculdade de Educação da USP em 1998, sob orientação do saudoso professor Fernando Cláudio Prestes Motta.

Segundo Leher, a USP e outras universidades públicas brasileiras passam por um processo de “re-significação da autonomia universitária”, pelo qual a instituição passa a ser gerida segundo uma lógica “empresarial, utilitária e pragmática”. Para ele, esse processo se choca com os dois princípios básicos de uma verdadeira autonomia univer-

“A reforma aponta para compartilhamento de decisões e descentralização administrativa. E isso pode ser bom. Mas urge ampliar a participação dos processos decisórios, de modo a tornar as relações entre atores da comunidade mais equânimes e democráticas”, defende o professor Alessandro Silva

sitária: a possibilidade de fazer leis próprias e de se autogovernar.

Caso as universidades brasileiras insistam nesse caminho, Leher, que presidiu o Andes-SN de 2000 a 2002, avalia que as instituições assumirão um papel secundário e funcional em relação às empresas, servindo apenas para a adaptação de pacotes tecnológicos originalmente concebidos nos países desenvolvidos. Para quem deseja esse caminho, a atual gestão “de cima para baixo” na USP cabe como uma luva.

“A reforma aponta para um compartilhamento de decisões ou mesmo para um certo grau de descentralização administrativa vinculada às figuras de quem ocupa a Pró-Reitoria. E isso pode ser bom pelo fato de certos processos administrativos não ficarem parados por excesso de trabalho ou mesmo por ausência dos pró-reitores por motivos variados, como viagens internacionais”, comenta o professor Alessandro Soares da Silva, do curso de Gestão de Políticas Públicas da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH). “Além disso, amplia-se o número de pessoas na cúpula que debatem sobre temas e compartilham decisões. Entretanto, o problema é que, por melhor que possa vir a ser a reforma, ela continua sendo uma reestruturação da cúpula e pouco contribui para o tema da descentralização da administração, de modo a permitir uma gestão participativa de todos os atores que compõem a comunidade da USP”.

Na opinião do professor Silva, decisões como essa deveriam antes ser melhor discutidas com funcionários, professores e estudantes. “Penso que elas podem ser interessantes, mas mais urgente é repensarmos o modo como se conduz esta importante universidade. Ou seja, urge ampliar a participação dos processos decisórios, de modo a tornar as relações entre atores da comunidade uspiana mais equânimes e democráticas”.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA RECOMENDA AO MEC QUE NÃO RECREDECENCIE A FINATEC

O processo de recredenciamento da Fundação de Empreendimentos Tecnológicos (Finatec), de Brasília, aprovado por maioria de 34 x 15 no Conselho Universitário (Consuni) da Universidade de Brasília em outubro de 2010, continuava sob análise pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Ministério da Ciência e Tecnologia em junho de 2011. Isso significa indefinição: o governo tanto pode vir a rejeitar como a aprovar o pedido de recredenciamento, apesar do retrospecto de crimes cometidos pela fundação e por seus dirigentes (*Revista Adusp* 49, p.).

O Ministério Público Federal agiu com mais presteza. Já em dezembro de 2010 a procuradora Raquel Branquinho Nascimento, do Ministério Público Federal, recomendou à então secretária de educação superior do MEC, Maria Paula Dallari Bucci, que “indefira o pleito de recredenciamento da Finatec”, pois ele “lo-

gicamente se opõe à própria ação de extinção, ajuizada pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios”.

A manifestação da procuradora foi provocada por uma represen-



tação encaminhada à Procuradoria da República no Distrito Federal, “questionando a legalidade do processo de aprovação do recredenciamento da Finatec como fundação de apoio pelo Consuni”.

Sabedora de que, após a aprovação no Consuni, o processo encontrava-se no Grupo de Apoio Técnico do MEC, “para análise e eventual aprovação do pleito”, a procuradora Raquel Branquinho chamou atenção para o caráter inusitado da situação, “pois o pedido de recredenciamento foi aprovado sem que o Consuni tenha exercido um juízo de valor pautado pelos princípios da moralidade, legalidade, impessoalidade e eficiência os quais, à luz do contexto fático-jurídico envolvendo a gestão da Finatec no período de 1999 a 2008, naturalmente conduziriam à negativa desse pleito”.

No ofício enviado ao MEC, a procuradora da República relaciona as diversas iniciativas tomadas pelo MP contra a Finatec: ação cível de destituição de dirigentes (por desvio de finalidade, burla de licitação e outros ilícitos); ação criminal, que resultou em condenação do ex-presidente da fundação à pena de dez anos de prisão;

“ação cível objetivando a extinção da fundação”, na qual a 4ª Turma Cível do TJDF antecipou os efeitos da tutela recursal para determinar à Finatec que submetesse à prévia fiscalização do Ministério Público contratações acima de determinados limites; rejeição das contas pela Promotoria de Tutela das Fundações.

Raquel Branquinho cita ainda a conclusão de relatório da Controladoria-Geral da União (CGU) sobre a gestão, pela Finatec, do Fundo de Apoio Institucional pertencente à Fundação Universidade de Brasília (FUB, ente federal que é a forma jurídica da UnB): “Os recursos públicos eram transferidos para contas privadas da Finatec para serem geridos à margem da legislação que regula a execução orçamentária e financeira da União, ou seja, os recursos eram movimentados em caixas paralelos, conforme necessidades dos gestores da FUB e Finatec, sem vinculação direta com os interesses institucionais da universidade (ensino, pesquisa e extensão)”.

Prossegue a CGU: “Foram constatadas situações nas quais a própria FUB realizava aquisição do bem/serviço e enviava a nota fiscal para a Finatec efetuar o pagamento, situação essa que onerava ainda mais o processo devido à cobrança de consideráveis percentuais sob a denominação de taxas de administração”. “Tais procedimentos criaram um cenário propício a movimentações/execuções de recursos em desacordo com a legislação, gerando danos ao erário”.

USP REAGE À REVELAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DA EACH

A reportagem de capa da *Revista Adusp* 49, “EACH não possui licenças ambientais e usuário corre risco”, levou a Reitoria e a direção da Escola de Artes, Ciências e Humanidades a tomar algumas medidas. Por não haver tomado todas as providências necessárias para drenar o metano presente no subsolo, que pode causar incêndios e intoxicação, a EACH não dispõe das licenças ambientais necessárias para funcionar.

Após a publicação, a Reitoria criou uma comissão, presidida pelo chefe de gabinete do reitor, professor Celso de Barros Gomes, com a finalidade de analisar os problemas ambientais do campus leste. São seus membros os professores Antonio Marcos de Aguirra Massola, coordenador do Espaço Físico, José Jorge Boueri Filho, diretor da EACH, Wanderley Messias da Costa, coordenador de Relações Institucionais, e Welington Braz Carvalho Delitti, coordenador do curso de Gestão Ambiental (GA).

“Pareceu-me um fato positivo para o andamento do processo de licenciamento ambiental”, opina o professor Paulo Sinisgalli, de GA, sobre a nova comissão. De que forma, porém, a comissão es-

tá conduzindo os trabalhos para corrigir as distorções na gestão ambiental da EACH? Procurado diversas vezes, por telefone e e-mail, para falar sobre o assunto, o professor Gomes não atendeu à *Revista Adusp*.

Na EACH, a direção constituiu um grupo de trabalho encarregado de desenvolver um plano de gestão para a unidade, acompanhando a questão ambiental e “todas as atividades que envolvem o espaço e o meio ambiente da EACH”. Segundo a diretoria, o grupo, composto por professores de GA, “realiza estudos e pesquisas sobre a análise e adequação dos procedimentos envolvendo as questões ambientais”. Além disso, estudará “a implantação de um laboratório para o aprimoramento das questões relacionadas ao meio ambiente no campus”.

Membro do grupo de trabalho da EACH, o professor Sinisgalli informou que o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), responsável pelo programa de monitoramento ambiental da EACH, irá concluir até julho um relatório sobre a qualidade do ar e do solo, e a partir daí a Coesf dará prosseguimento aos procedimentos necessários ao licenciamento.